

OPINIÃO

Cuidar da saúde animal é chave para agronegócio mais eficiente e responsável

Luiz Monteiro (*)

A saúde animal ocupa um papel importante no desenvolvimento do agronegócio e da economia brasileira.

Muito além do cuidado com os rebanhos, ela é essencial para assegurar produtividade no campo, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e competitividade nos mercados internacionais. Dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan) reforçam essa relevância. Em 2024, 47% do faturamento do setor de saúde animal esteve diretamente ligado à pecuária, demonstrando que o investimento em prevenção e bem-estar é parte essencial da engrenagem produtiva que move o campo brasileiro. Cuidar da saúde dos rebanhos significa tornar os sistemas de produção mais eficientes, garantir alimentos de maior qualidade e atender aos rigorosos padrões sanitários exigidos pelos mercados globais.

O Brasil se destaca como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de carne bovina, suína e de frango. Esse protagonismo só é possível acompanhado de uma sólida estrutura sanitária, que exige investimentos contínuos em prevenção de doenças, vacinação, monitoramento e inovação em produtos veterinários. Produtos veterinários como antiparasitários, antimicrobianos, biológicos e suplementos desempenham papel essencial na manutenção da saúde dos rebanhos, influenciando diretamente o desempenho zootécnico dos animais e a competitividade da produção. Ao mesmo tempo, garantem a rastreabilidade e a segurança dos alimentos de origem animal que chegam à mesa do consumidor.

Mas é na conexão entre saúde animal e sustentabilidade que o tema ganha dimensão global. Animais saudáveis produzem mais com menos recursos, o que significa menor uso de insumos, menor emissão de gases de efeito estufa por quilo de carne ou litro de leite produzido, além de evitar a ampliação de áreas de pastagem. Isso torna a atividade mais eficiente e ambientalmente responsável, contribuindo diretamente para a preservação dos biomas e para o cumprimento das metas climáticas. A pauta ganha ainda mais relevância com a proximidade da COP 30, que

será sediada em Belém neste ano. A conferência colocará o país no centro do debate climático global, e a saúde animal surge como uma das engrenagens essenciais dessa transição para uma economia de baixo carbono.

Relatórios da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) já destacaram que a melhoria da saúde dos rebanhos pode reduzir emissões em até 35% até 2050, ao mesmo tempo em que colabora com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela ONU em 2015, como a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar. Estudos recentes indicam que a redução de doenças no gado poderia significar uma diminuição de 800 milhões de toneladas de CO2, equivalente às emissões anuais de mais de 100 milhões de pessoas. Em suínos, por exemplo, o controle da síndrome reprodutiva e respiratória pode reduzir emissões em até 22,5%, segundo estudo publicado na revista One Health Outlook.

No entanto, ainda existem barreiras importantes para ampliar o acesso às tecnologias de saúde animal, especialmente em países em desenvolvimento. Entre os obstáculos estão o baixo volume de financiamento climático destinado à pecuária, a falta de incentivos de mercado do governo e a limitação de políticas públicas que reconheçam plenamente o papel estratégico da saúde animal nas estratégias de redução dos impactos ambientais e das emissões relacionadas à atividade pecuária.

Discutir a saúde animal, portanto, é discutir o presente e o futuro da produção de alimentos. Trata-se de uma agenda transversal que envolve produtores, indústrias, profissionais de saúde, órgãos reguladores e a sociedade como um todo. A manutenção de rebanhos saudáveis garante não apenas a rentabilidade no campo, mas também a confiança do consumidor, o acesso a mercados internacionais e a capacidade do país de se posicionar como líder global em produção sustentável. Em um mundo cada vez mais preocupado com os impactos ambientais e sociais da cadeia alimentar, o fortalecimento da saúde animal se mostra como um vetor indispensável para o desenvolvimento equilibrado da agropecuária e da economia brasileira.

(*) Diretor técnico do Sindan.

Colheita de milho exige atenção no combate à lagarta-do-cartucho

Com expectativa de colheita recorde de 128,3 milhões de toneladas de milho em 2025, o Brasil reforça sua posição entre os maiores produtores globais do grão. Impulsionada por condições climáticas favoráveis e boas práticas no campo, a segunda safra, em andamento, deve representar 101 milhões de toneladas, alta de 12,2% em relação ao ciclo anterior, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

No entanto, em meio ao cenário otimista, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) alerta para um risco crescente nas lavouras: a volta da lagarta-

-do-cartucho (Spodoptera frugiperda) como principal praga da cultura. A entidade observa que a espécie tem apresentado resistência a algumas tecnologias e, além disso, os ataques têm ocorrido de forma antecipada, exigindo atenção desde as fases iniciais da plantação.

“A lagarta-do-cartucho voltou a preocupar os produtores justamente por atacar precocemente e causar danos severos em folhas, espigas e no colo das plantas, o que pode comprometer o desenvolvimento e a produtividade da lavoura”, explica o gerente de Assuntos Regulatórios do Sindiveg, Fábio Kagi (www.sindiveg.com.br).

Como ficam os preços de pescados, frutas, carnes e café no Brasil com tarifaço dos EUA?

Redirecionamento das exportações para o mercado interno deve reduzir os preços de alimentos nos próximos meses, mas a retração da produção pode gerar efeito contrário a médio prazo. Rogério Marin, CEO da Tek Trade e presidente do Sinditrade, explica as tendências dos produtos mais afetados pela medida e alerta que é necessário agilidade para encontrar novos mercados compradores.

As tarifas de importação de até 50% impostas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, em vigor desde 6 de agosto, têm gerado impactos significativos no mercado interno brasileiro. Alimentos como pescados, frutas, carnes e café, que possuem forte presença no mercado americano, estão sendo redirecionados para o consumo doméstico, o que pode aumentar a oferta e pressionar os preços para baixo no curto prazo. No entanto, especialistas alertam para o risco de retração na produção e possível alta de preços a médio prazo. Rogério Marin, CEO da Tek Trade e presidente do Sindicato das Empresas de Comércio Exterior de Santa Catarina (Sinditrade), analisa as tendências e os desafios para o setor agropecuário brasileiro.

Pescados: queda de preços no curto prazo

O setor de pescados, especialmente a tilápia, é um dos mais afetados pela medida, pois destinou cerca de 60% das exportações aos EUA em 2024 e movimentou aproximadamente US\$ 240 milhões. Com as tarifas, empresas exportadoras de tilápia já registram queda de quase um terço nas exportações para os EUA. “A tilápia é perecível, e o excedente precisa ser escoado rapidamente no mercado interno, o que deve reduzir os preços nos próximos meses”, explica Marin. Dados do IPCA-15 de julho apontam uma queda de 2,03% nos preços dos pescados, refletindo o aumento da oferta interna. Outros produtos, como camarão e lagosta, também enfrentam pressão semelhante, conforme o especialista.

No entanto, a médio prazo, a redução nas exportações pode levar a cortes na produção. A Associação Brasileira das Indústrias de Pescados estima que cerca de 20 mil empregos estão em risco devido à diminuição da demanda externa. Marin alerta: “A incapacidade de encontrar novos mercados rapidamente pode forçar empresas a reduzir a produção, o que elevaria os preços no futuro”.

Frutas: oferta elevada pressiona preços

As frutas, como manga, uva e açaí, também sofrem com o tarifaço. Em 2024, o Brasil exportou mais de 1 milhão de toneladas de frutas, com os EUA absorvendo uma parcela significativa, incluindo 77 mil toneladas de manga e uva. A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas) projeta uma redução de até 90% nessas exportações. No Vale do São Francisco, responsável por mais de 90% das exportações de manga e uva, o preço da manga tommy caiu 4% entre 14 e 18 de julho,



“A incapacidade de encontrar novos mercados rapidamente pode forçar empresas a reduzir a produção, o que elevaria os preços no futuro

atingindo R\$ 1,36 por quilo, e pode chegar a R\$ 0,30 se o excedente não for absorvido.

“A oferta interna elevada deve beneficiar o consumidor com preços mais baixos no curto prazo, especialmente para manga e uva, que registraram queda de 4,28% no IPCA-15 de julho”, observa Marin. O açaí, por ser um produto mais voltado ao mercado interno, deve sofrer menos impacto. Contudo, a perecibilidade das frutas limita estratégias de estocagem, e produtores podem enfrentar prejuízos se os preços caírem excessivamente.

Carne bovina: alívio temporário com incertezas

A carne bovina, com exportações de 532 mil toneladas para os EUA em 2024 (16,7% do total, equivalente a US\$ 1,6 bilhão), enfrenta desafios significativos. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) estima uma perda de até US\$ 1 bilhão em receitas anuais. Entre 24 de junho e 21 de julho, o preço da carne no atacado caiu 7,8%, e a arroba do boi gordo recuou 7,5%, tendência que deve chegar ao varejo entre agosto e setembro.

“No curto prazo, o consumidor verá preços mais acessíveis, já que frigoríficos como JBS e Minerva estão redirecionando a produção para o mercado interno ou para outros países, como Chile e China”, diz Marin. No entanto, ele alerta que, se a demanda internacional não for recomposta, os frigoríficos podem reduzir os abates, o que elevaria os preços a médio prazo. O

IPCA-15 de julho registrou uma queda de 0,36% nos preços das carnes.

Café: estabilidade com risco de queda

Diferentemente de outros produtos, o café apresentou alta de 6,8% nas cotações em Nova York entre 14 e 17 de julho, devido à expectativa das tarifas, impactando o mercado interno, onde o preço da saca de 60 quilos subiu de R\$ 1.602 para R\$ 1.803. O Brasil, maior exportador global, enviou quase US\$ 2 bilhões em café para os EUA em 2024, representando 16,7% das exportações do produto. Apesar disso, Marin projeta que, se o volume destinado aos EUA não for absorvido por outros mercados, os estoques internos podem crescer, pressionando os preços para baixo. “O café moído já registrou queda de 0,36% no IPCA-15 de julho, mas o comportamento futuro dependerá da capacidade de redirecionar as exportações”, explica.

Perspectivas e estratégias

O governo brasileiro, liderado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, busca novos mercados, como Angola, México, União Europeia e China, para mitigar os impactos do tarifaço. O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, expressou otimismo sobre a possível isenção de tarifas para carne, café e pescados, destacando que 65% das exportações agrícolas já foram excluídas da taxa. Produtos como suco de laranja, petróleo e minério de ferro estão isentos, aliviando parte do setor agropecuário.

Marin enfatiza a necessidade de agilidade: “Redirecionar exportações exige tempo e adaptação a exigências sanitárias e logísticas de novos mercados. Enquanto isso, o consumidor brasileiro pode se beneficiar de preços mais baixos, mas deve se preparar para oscilações no segundo semestre e em 2026”. Ele destaca que a Tek Trade também está auxiliando empresas a explorar mercados alternativos, mas o processo é complexo e pode levar meses.

Alta dos fertilizantes pressiona produtores na safra 2025/26 e piora relação de troca no Brasil

Os meses que antecedem a safra 2025/26 têm sido marcados por forte pressão de alta nos custos dos fertilizantes no Brasil. De acordo com o relatório semanal de fertilizantes da StoneX, empresa global de serviços financeiros, entre janeiro e meados de agosto, os preços da ureia nos portos brasileiros subiram cerca de 33%. No mesmo período, o MAP (fosfato amplamente utilizado no país) avançou 19%, enquanto o cloreto de potássio registrou alta de 20%.

No Brasil, os preços elevados no mercado de fertilizantes podem impor um sério desafio para os agricultores. Segundo o analista de Inteligência de Mercado, Tomás Pernías, as relações de troca entre a soja e o MAP já estão nos piores níveis dos últimos anos, situação que tende a inibir o consumo desse fertilizante e colocar os agricultores em postura de cautela para planejar novas aquisições de insumos.

“A demanda indiana tem sustentado as cotações desse nitrogenado, e isso, somado a uma queda no preço do milho, reduziu a atratividade das relações de troca no Brasil”, ressalta Pernías.



Tomás Pernías, analista de Inteligência de Mercado StoneX.

Como alternativa, compradores brasileiros têm buscado sulfato de amônio, no caso dos nitrogenados, e o TSP e o SSP, quando se trata de fosfatados.

Diante desse cenário, com a aproximação da safra a própria demanda interna deve

reforçar a pressão sobre os preços, reduzindo as chances de alívio no curto prazo. “Esse contexto reforça a necessidade de o produtor adotar um bom gerenciamento de custos e de riscos”, pontua Pernías.

Além do custo elevado dos insumos, o produtor brasileiro enfrenta em 2025 condições de crédito mais onerosas, aumentando o desafio financeiro para viabilizar a safra.

Escalada global

“Essa escalada, porém, não é exclusividade do mercado brasileiro. A Índia, em plena safra Kharif, e até mesmo os Estados Unidos — fora de sua alta temporada de compras — também enfrentam preços elevados no complexo NPK”, diz o analista de Inteligência de Mercado.

Segundo o relatório, o movimento de alta está diretamente ligado ao aperto na relação entre oferta e demanda global. A China, tradicional fornecedora para diversos países, tem restringido exportações para garantir seu abastecimento interno. Ao mesmo tempo, a forte demanda da Índia, um dos maiores importadores mundiais, tem sustentado os preços internacionais.